



*Meu pivô bem na foto!*

Simon Veldt | Fazenda Aparecida | Itaí (SP)

Boletim Informativo da Associação Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha **Ano I | Edição 12 | 28 de outubro de 2017**

## SECRETARIA FALA EM RESERVAÇÃO PARA ENFRENTAR A SECA EM 2018



(Páginas 3)

AI-ASPIPP

**Você sabia que querem proibir a pulverização aérea em SP?**

(Página 6)

**Atenção irrigante: ANEEL propõe revisão e energia vai subir**

(Página 3 e 4)



**"Quem mata o tempo não é um assassino. É um suicida"**

(Millôr Fernandes, desenhista, humorista, dramaturgo, escritor, poeta, tradutor e jornalista brasileiro)



## Expediente:

**ASPIPP EM AÇÃO** é uma publicação de circulação digital e quinzenal da Associação Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha - ASPIPP

## DIRETORIA

### PRESIDENTE:

Maurício Swart

### VICE PRESIDENTE:

Hubertus Derks

### 1º TESOUREIRO

Ricardo Swart

### 2º TESOUREIRO

Luiz Fernando Doneaux Jr.

### 1ª SECRETÁRIA

Vanessa Van Melis

### 2º SECRETÁRIO

José Maria Maschietto Jr.

## CONSELHO FISCAL

### TITULARES

William Alexandre Eltink  
Patrick Johannes Beckers  
Fábio Adriano Van den Boomen

### SUPLENTES

Marcelo Justo de Almeida  
Ricardo João de Bruijn  
Fábio Stecca D'Angiere

## COORDENAÇÃO GERAL

Priscila Silvério Sleutjes

## SECRETARIA EXECUTIVA

Uiara Valim

## FINANCEIRO

Elaine Cassú

## PROJETO GRÁFICO E TEXTOS

Eduardo Henrique Eltink  
*Eltink Comunicação Estratégica*  
(15) 3346.4908 | (15) 99787.5082

## Endereço:

Av. das Posses, 120 - Centro  
Distrito Campos de Holambra  
Paranapanema (SP) | CEP 18.725-000  
(14) 3769.1788

[aspipp@aspipp.com.br](mailto:aspipp@aspipp.com.br)

Acesse nosso site:

[www.aspipp.com.br](http://www.aspipp.com.br)

# ENTREGOTAS

IRRIGANDO COM MAIS INFORMAÇÃO

## Espraiando

A expressão praia tem diversos significados. Para as mentes trabalhadoras e leitoras desta coluna, certamente o conceito que toma o pensamento é o do verão, férias, alegria e relaxar com a família. Mas, a praia para a ASPIPP pode se traduzir em trabalho. Mais trabalho. Fica claro se utilizarmos a flexão da palavra: espraiar. Aliás, este é o termo que encontramos para bem definir o trabalho realizado pela ASPIPP, que tem espraiado sua atuação, abarcando representação em outras temáticas, não se limitando em representar o produtor irrigante do sudoeste paulista em assuntos específicos ligados à irrigação, a gestão dos recursos hídricos e plantio na palha. Um instituição que anda a frente do tempo e globalizada com as necessidades do seu associado.

## “Praia de Trabalho”

Quer um exemplo? Um dos assuntos que integram a “praia de trabalho” da ASPIPP diz respeito a logística e transportes. Não é irrigação e muito menos plantio na palha, mas afeta em cheio a vida do irrigante! E tudo isso se traduz em Rodovia Raposo Tavares.

## No DER 1

Como já noticiado pelo nosso Boletim, o presidente Maurício Swart, com o apoio do secretário da Agricultura e Abastecimento e Deputado Federal, Arnaldo Jardim, estão mobilizando o setor produtivo da região para uma audiência com o superintendente do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP), Ricardo Volpi, com a intensão de discutir pontos da modernização da Raposo Tavares.

## No DER 2

Em princípio, os participantes da audiência querem compreender os detalhes do projeto, que, segundo apuramos, não teria contemplado pontos estraté-

gicos para o agronegócio do sudoeste paulista, ou seja, o projeto não prevê, por exemplo, a duplicação do trecho que perpassa pelo Distrito de Campos de Holambra - nem mesmo a perigosa curva do colégio será duplicada -, região onde estão possuem intensa movimentação de veículos pesados e que precisam de segunda faixa.

## No DER 3

A data da audiência deve ser definida nos próximos dias. Na verdade, o trabalho de marcação consiste na compatibilização das agendas do secretário Arnaldo Jardim e do superintendente Ricardo Volpi. Seguimos acompanhando e esperamos voltar em breve com boas notícias acerca da novela Raposo Tavares.

## Contribuição

Penso justamente que inquietação e aquietação são dois movimentos dialéticos frequentes na vida de qualquer pessoa comprometida com a vida. Só pode aquietar-se quem se inquieta. Aqueles que estão engajados e comprometidos com a modificação de estruturas que afetam o equilíbrio vivencial sabem que não dá para se aquietar. Contudo, em muitos momentos, a inquietação é fundamental pois motiva a saída da letargia. Portanto, não podemos ter receio da inquietação. É claro que, como qualquer manifestação humana, a zona de equilíbrio é fundamental. Aliás, uma inquietação equilibrada é tudo o que precisamos para não nos acomodarmos. Talvez, o ponto que transcende o equilíbrio é quando a inquietação se transforme em agitação do espírito, no exato ponto quando o corpo perder a coordenação e a vida sua harmonia. Que saibamos discernir a hora e o momento, de nos inquietarmos frente à injustiça e nos aquietarmos diante da Graça maravilhosa de DEUS. Prá pensar...

# Reservação é a estratégia da Secretaria da Agricultura para enfrentar estiagem em 2018



Antonio Félix (diretor da ANA), Priscila Sleutjes (ASPIPP) e Arnaldo Jardim (secretário da Agricultura)

Estimular a reservação da água é a aposta que a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento está fazendo para minimizar os efeitos do forte período de estiagem previsto para 2018. Ao participar no último dia 17, em São José do Rio Preto (SP), de um evento preparatório para o 8º Fórum Mundial da Água, o secretário Arnaldo Jardim disse que já abriu diálogo com o secretário do Meio Ambiente, Maurício Brusadin, para dar celeridade ao processo de licenciamento para construções de reservatórios para agricultores.

Para o secretário, que também abordou o assunto em entrevista publicada em 14 de outubro pelo jornal Cidade de Bauru, "cada vez que o produtor quer fazer uma represa, leva anos para conseguir autorização. É necessário simplificar porque reservar água é importante e também contribui para o meio ambiente. A ação contribui com o equilíbrio da fauna e da flora", disse Jardim à jornalista Cinthia Milanez.

## Lição

O secretário lembra que São Paulo passou pela maior seca de sua história, há dois anos, e aprendeu a lição. "Na época, chegamos a adotar restrições para a irrigação", relembra. Arnaldo Jardim acredita que a solução implica na mudança do conceito de manejo dos recursos hídricos: ter mais reservação e critério na utilização.

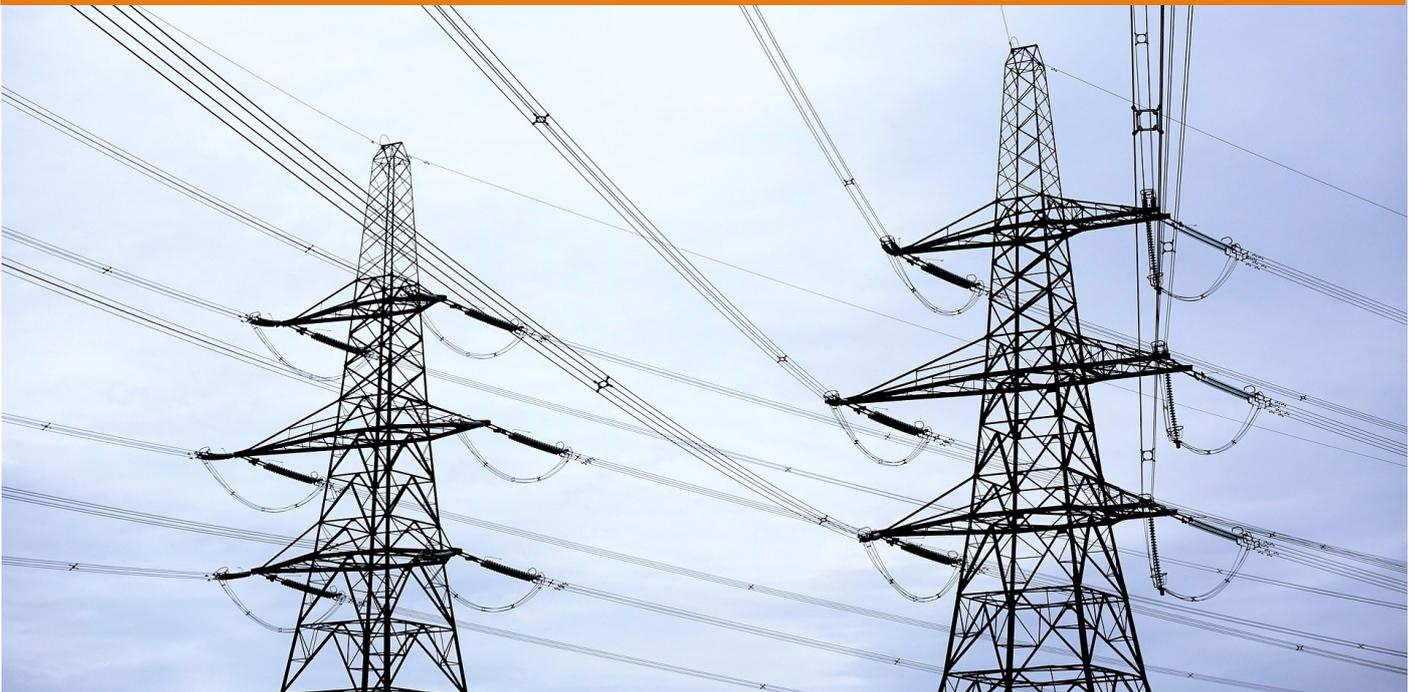
## "Amigo da Natureza"

Na avaliação do secretário, o País está conseguindo se livrar do estigma pejorativo da agricultura como atividade predatória. "Pelo 5.º ano consecutivo, apresentamos um aumento da cobertura vegetal ativa em todo o Estado, assim como da produção agrícola. Nós não estamos mais desmatando, pelo contrário, estamos recompondo a mata. Logo, garanto que a agricultura do Estado é sustentável", acrescenta.

## Evento

O evento de Rio Preto reuniu representantes dos 21 comitês de bacias do Estado de São Paulo, que participaram do XV Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos e também representantes dos comitês dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, que paralelamente estiveram no Encontro Regional Sudeste de "Gestão Participativa e Social da Água". Ambos os eventos promoveram discussões para o Fórum Cidadão do 8º Fórum Mundial da Água. Na oportunidade foram apresentadas tecnologias locais, sendo que os resultados destes encontros regionais serão levados em março de 2018, para o evento mundial em Brasília. A ASPIPP, que tem atuação ativa no CBH-Alpa como vice-presidente (comitê) e CBH do Rio Paranapanema, foi representada neste evento pela diretora Executiva, Priscila Silvério Sleutjes. **Da Redação**

# *ANEEL propõe revisão das bandeiras tarifárias e conta de energia vai subir*



Foi aprovada nesta terça-feira (24), em reunião pública da Diretoria da ANEEL, a realização de uma audiência pública para discutir a revisão da metodologia das bandeiras tarifárias e dos valores de suas faixas de acionamento. A proposta é de bandeira amarela no valor de R\$ 1,00; bandeira vermelha no patamar 1, R\$ 3,00; e vermelha no patamar 2, R\$ 5,00, a cada 100 kWh consumidos e frações. Esses valores já vigoram a partir da bandeira tarifária de novembro.

As bandeiras tarifárias são uma forma diferente de apresentar um custo que faz parte da conta de energia, mas geralmente passa despercebido. Antes das bandeiras, as variações que ocorriam nos custos de geração de energia, para mais ou para menos, eram repassados no reajuste tarifário anual da distribuidora, com muitas variações nos índices aplicados às tarifas.

O sistema de bandeiras foi criado para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. O funcionamento é simples, para que os consumidores possam assimilar que as cores verde, amarela ou vermelha indicam se a energia custa mais ou menos por causa das condições

de geração. Com as bandeiras, a conta de luz ficou mais transparente e o consumidor tem a melhor informação, para usar a energia elétrica de forma mais eficiente, sem desperdícios.

## **Nova metodologia**

A ANEEL constatou a necessidade de revisar os critérios e parâmetros dos valores tarifários e da métrica de acionamento da bandeira, para melhor capturar os efeitos vinculados ao custo de geração de energia.

Conforme a proposta, o valor da bandeira amarela cai de R\$ 2,00 para R\$ 1,00 a cada 100 kWh consumidos e frações. A bandeira vermelha no patamar 1 se mantém em R\$ 3 a cada 100 kWh e, no patamar 2, sobe de R\$ 3,50 para R\$ 5,00, a cada 100 kWh consumidos e frações.

A proposta relativa à métrica de acionamento leva em conta a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica e o preço da energia elétrica de curto prazo. A composição dessas duas variáveis em sistemática de gatilho faz com que a arrecadação prevista, com os valores propostos, se aproxime mais dos custos incorridos. (...)

## Contribuições

A revisão da metodologia das bandeiras, que ocorre anualmente, está classificada como tema prioritário na Agenda Regulatória 2016/2018 da ANEEL, com previsão de instauração de Audiência Pública definida para o segundo semestre de 2017.

As contribuições documentais da sociedade podem ser enviadas para a primeira parte da audiência, de 26 de outubro a 11 de dezembro deste ano, através do e-mail [ap061\\_2017@aneel.gov.br](mailto:ap061_2017@aneel.gov.br) ou por correspondência para o endereço da Agência (SGAN, Quadra 603, Módulo I, Térreo, Protocolo Geral, CEP: 70830-110), Brasília (DF). A audiência terá uma segunda parte, para manifestações relativas apenas às contribuições feitas em sua primeira parte, de 12 a 27 de dezembro.

## Campanha

O sistema elétrico brasileiro é suprido predominantemente por usinas hidráulicas, dependendo, portanto, das chuvas e do nível dos reservatórios. Em um cenário de escassez de água, usinas termelétricas necessitam ser acionadas para atender à demanda de energia. Como o custo de geração das usinas termelétricas é maior que o da geração hidráulica, a energia elétrica fica mais cara para o

consumidor final.

Desde 4 de outubro, a ANEEL divulga, em suas mídias sociais, mensagens que visam estimular o consumo consciente e combater o desperdício de energia elétrica. Ao se combater o desperdício, também se preservam recursos naturais, como a água, e são reduzidas as emissões das termelétricas. Ainda que não haja risco de desabastecimento de energia elétrica, o uso eficiente da energia beneficia os consumidores, o sistema elétrico e a sociedade como um todo, pois contribui para a redução do uso das termelétricas.

Em sua última reunião ordinária, em 17 de outubro passado, a Agência determinou que as concessionárias de distribuição de energia elétrica realizem, no mês de novembro de 2017, campanha para orientar e estimular o consumidor a usar a energia elétrica de forma eficiente e combater desperdícios. A iniciativa, deliberada na reunião pública da Agência, nesta terça-feira (17), atende a recomendação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), face à falta de chuvas que se prolonga neste ano.

**(com informações AI da ANEEL)**



**“Solução que vem do céu”: parques de energia fotovoltaica poderão entrar em cena em áreas produtivas da região**

# ASPIPP trabalha para tentar breçar a proibição da pulverização aérea



No que depender do Centro de Fiscalização de Insumos e Conservação do Solo (CFICS), órgão da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, os Projetos de Lei do deputado Padre Afonso Lobato (PV), que tratam da proibição da pulverização aérea e do uso de inseticidas para esse fim, não deverão decolar. Pelo menos é o que aponta um ofício encaminhado pela Secretaria de Estado da Casa Civil ao presidente da ASPIPP, Maurício Swart, em resposta ao questionamento que fez ao governador Geraldo Alckmin sobre o assunto.

Desde março, impulsionados pela audiência pública que discutiu a pulverização aérea e os eventuais danos gerados à apicultura na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, representantes de diversas entidades ligadas ao agronegócio questionam autoridades sobre ambos projetos de lei: 405 e 406/2015. Alguns destes representantes optaram pelo debate direto e, desta forma, participaram da única audiência pública sobre o tema, contudo, não obtiveram resultados práticos, vez que os participantes convidados para a ocasião, em sua maioria, foram representantes de entidades que dão suporte ao autor da iniciativa.

## **Banicultores**

Outras entidades, como a Associação dos Banicultores do Vale do Ribeira (Abvar), não estiveram na audiência, mas se reuniram diretamente com o deputado

Padre Afonso Lobato, apresentando número contundentes de um setor que movimenta 86% da economia da região: são 36 mil hectares de plantação, com produção anual de cerca de 900 mil toneladas, em 15 municípios do litoral sul. “Caso seja proibida a pulverização aérea, a atividade se inviabiliza”, disse René Mariano, de Jacupiranga, que é um dos diretores da Abvar.

## **Posicionamento Parlamentar**

A ASPIPP, além do ofício encaminhado ao governador Geraldo Alckmin, também oficiou diversos deputados estaduais, sendo, que dois deles retornaram com posicionamentos e informações. O deputado Barros Munhoz (PSDB), que já foi secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, disse que “certamente a Secretaria de Estado será instada a se manifestar sobre o tema”. Já o deputado Fernando Cury (PPS), que integra a Comissão de Constituição Justiça e Redação (CCJ), por onde tramita o PL 406, disse que “pedirá vista do projeto e se comprometeu melhor estudar e ponderar com os demais deputados uma solução mais adequada para a questão”. Quanto ao PL 405, que tramita pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável, Cury informou que os deputados que compõem a comissão pediram vistas e estudam o projeto, mas que pretende estudar o projeto. A ASPIPP acompanha o trâmite das proposições no legislativo.

## **Da Redação**